




Se defendem os direitos, empregos e salários da categoria *organizando e convocando uma assembleia e aprovando a greve!*

***Basta de imobilismo e negociações a portas fechadas!
Basta de encher as cadeiras da Alesp para sermos
parte do decorado das instituições que nos atacam!
Enfrentemos e derrotemos com greve, bloqueios, atos de
rua os ataques à educação e ensino públicos!***

 Está finalizando o ano letivo, e os trabalhadores e trabalhadoras acumulam uma série de derrotas. Ninguém sabe o que vai acontecer com seus empregos, salários e direitos no ano que vêm. Nos dois últimos anos, não houve sequer descanso durante as férias para os professores, especialmente da Categoria O. Este ano começou com 40 mil demitidos e, no próximo ano, poderão ser centenas ou milhares a mais. As inscrições para atribuição da Seduc obrigaram a muitos a finalizar sua inscrição, sem saber e nem ter informações claras do que ia acontecer. Quem conseguiu ter aulas ou classes atribuída, logo foram obrigados a trabalhar com cumprimento das tarefas do Super BI, sabendo que poderiam ter extinção contratual se não realizassem as tarefas exigidas pelo governo e direções de escola. Muitos professores/as tiveram seus contratos extintos por ficarem doentes e tirar licenças e sabemos que muitos outros/as trabalham doentes para não serem demitidos (só podem assumir 3 faltas justificadas durante o ano letivo), se submetendo às imposições autoritárias para continuar contratados. A rescisão de contratos tornou-se uma arma do governo para punir quem não cumprem (ou não podem cumprir) as metas que se lhes exigem autoritariamente. Muitas vezes, são obrigados a assinar sua extinção contratual assumindo que cometeram erros, ficando 40 dias sem trabalhar e com a corda no pescoço porque não sabem se depois voltam a seus empregos. Quem discorda, é penalizado por descumprimento de obrigação legal ou contratual, ficando 180 dias sem ter aulas atribuídas. Já vimos também que professores efetivos, que tiveram mais de 10% de faltas, incluindo licenças médicas, não terão direito a ampliação de jornada e carga suplementar. O tempo de trabalho será praticamente desconhecido como

critério de evolução ou classificação, e sim as videoaulas, as plataformas, os cursinhos feitos etc. O governo de ultradireita de Tarcísio está impondo ditatorialmente a todos contratados a realizar provas para provar sua competência ao assumir aulas ou classes. Nos fatos, o governo impôs a meritocracia por meio de cursos de formação ditados ou organizados pela secretária, e exige dedicação e presença, punindo quem adoece ou falta por questões de trabalho etc.

O que aconteceu no começo deste ano é provável aconteça de novo no começo do próximo, se a categoria não se organiza desde agora para se preparar para lutar e enfrentar o governo, com seus próprios métodos. Não podemos permitir mais traições da direção que manteve imobilizada à categoria e bloqueou suas tendências grevistas levando ao governo Tarcísio avançar contra direitos, congelando salários, agravando a precarização com as plataformas, privatizando escolas etc. Se o reacionário governador conseguiu fazer tudo isso, é reponsabilidade da direção sindical que esteve correndo atrás da Justiça e das eleições ao invés de organizar a luta. Nos últimos dias, a direção da Apeoesp fez propaganda, nos meios de comunicação e redes sociais, de que é necessário preparar a greve e resistir aos ataques. Mas, se nega e rejeita chamar uma assembleia e organizar uma greve para organizar os professores, para de fato iniciar a luta. Isso mesmo fez no começo de ano, levando a trair os professores demitidos que ficaram sem defesa coletiva de seus empregos. Fica claro a necessidade de romper com a política de colaboração de classes da direção e de seus aliados e organizar a base desde as escolas, coletivamente, professores e estudantes juntos, para enfrentar os ataques ao ensino e educação públicos. Trata-se ainda de denunciar as direções de escolas que aplicam as punições e perseguições do governo contra efetivos e contratados que exercitam seu direito à livre crítica, à liberdade de cátedra e liberdade de pensamento e organização.

Em 2025, a única saída será organizar as bases para a luta, e impor à direção da Apeoesp que convoque assembleias, manifestações, atos de rua, greve para barrar os novos ataques, a destruição da carreira e o avanço da precarização dos contratos. Todos os que defendem a escola pública, os empregos, salários e direitos devem se organizar desde já para superar à direção pelega e colaboradora dos ataques do governo.

É por tudo isso que hoje vamos as ruas protestar e denunciar as condições de trabalho, e contra a retirada de direitos, chamando à categoria a se preparar para lutar por seus direitos e condições de vida! Todos ao ato amanhã, às 15hs, em frente a diretoria de ensino de Mauá! ●/

– Pela atribuição com base no tempo de serviço! Ampliar o número de aulas, de forma a que as salas não ultrapassem os 25 estudantes! – Nenhum fechamento de salas no noturno! Ampliação de turmas e vagas! – Rejeitar a ampliação da jornada sem aumento salarial! Manter os 45 minutos! – Nenhuma punição aos professores que são levados a faltar! – Fim do assédio a docentes! Liberdade de cátedra e de crítica!